



## Expressões da transição agroecológica: uma análise da percepção de agricultores e agricultoras do acampamento quilombo Campo Grande, no Sul de Minas Gerais

Lucas da Silva Tamura<sup>1</sup>

Adriano Pereira Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os processos de fomento à modernização da agricultura promovidos pela chamada “Revolução Verde” e suas inovações tecnológicas impactaram profundamente os arranjos sociais, políticos e ecológicos das comunidades rurais desenvolvidas às margens das economias de mercado. Os conflitos socioambientais nas áreas da falida usina Ariadnópolis em Campo do Meio-MG são exemplos concretos desses impactos, pois colocam em evidência as complexidades das lutas sociais por reforma agrária e outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as percepções de agricultores e agricultoras do MST em processos graduais e continuados de transição agroecológica presentes no acampamento Quilombo Campo Grande no município de Campo do Meio-MG. De maneira geral, conclui-se que a transição agroecológica é percebida não só como uma possibilidade maior de associação e organização das comunidades rurais em defesa da reforma agrária, mas também enquanto construção coletiva do conhecimento agroecológico em direção a outro modo de desenvolvimento rural sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** MST; Cultura e ambiente; Comunidade rurais; Agroecologia; Reforma agrária.

**EXPRESSIONS OF AGROECOLOGICAL TRANSITION: AN ANALYSIS OF FARMERS PERCEPTION AT QUILOMBO CAMPO GRANDE CAMP, IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

**ABSTRACT:** The processes of fomenting to modernization of agriculture promoted by the so-called “Green Revolution” and its technological innovations deeply impacted the social, political, and ecological arrangements of rural communities developed at the margins of market economies. The socio-environmental conflicts in the areas of the bankrupt Ariadnópolis plant in Campo do Meio-MG are concrete examples of these impacts, as they highlight the complexities of the social struggles for agrarian reform and other public policies aimed at sustainable rural development in Brazil. This article aims to present and discuss the perceptions of MST farmers in gradual and continuous processes of agroecological transition present in the Quilombo Campo Grande encampment in the municipality of Campo do Meio-MG. In general, it is concluded that the agroecological transition is perceived not only as a greater possibility of association and organization of rural communities in defense of agrarian reform, but also as a collective construction of agroecological knowledge towards another mode of sustainable rural development.

**Keywords:** MST; Culture and environment; Rural community; Agroecology; Agrarian reform.

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: [luctamura@gmail.com](mailto:luctamura@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: [adriano.santos@unifal-mg.ed.br](mailto:adriano.santos@unifal-mg.ed.br)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>3</sup> tem como objetivo analisar as percepções de agricultores e agricultoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em processos graduais e continuados da transição agroecológica nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, principalmente em agroecossistemas que compõe e contribuem com a construção do conhecimento agroecológico nos lotes delimitados pelo pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande no município de Campo do Meio em Minas Gerais. Para tanto, a metodologia desenvolvida foi a pesquisa participante em trabalho de campo, como elucidada por Brandão (2007), utilizando os registros da observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2002, p. 58) como instrumentos da coleta de dados. Considerando a complexidade dos processos de transição agroecológica, para a delimitação do universo de estudo e do objeto de pesquisa como destacado por Duarte (2002) foram também adotados o modelo explicativo piramidal dos indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas sugeridos por Caporal e Costabeber (2004), bem como os níveis complementares e explicativos das fases de transição caracterizados por Stephen Gliessman e Martha Rosemeyer (2010) e brevemente apresentados por Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017).

A partir da revisão bibliográfica de estudos, pesquisas, reportagens e de mídias audiovisuais produzidas sobre os processos de modernização da agricultura, da Revolução Verde de 1960 e das lutas sociais e questão agrária na América Latina, a construção do objeto da pesquisa foi desenvolvida destacando tanto os impactos socioambientais da modernização da agricultura, quanto as políticas de fomento da expansão das tecnologias agrícolas como uma racionalidade característica de adesão ao discurso neoliberal. Todavia, a compreensão dos fundamentos da agroecologia e dos desafios colocados pelo desenvolvimento rural sustentável permitiu estabelecer a emergência de outros campos do conhecimento que se consolidaram cientificamente como reação aos impactos gerados pela modernização da agricultura, configurando de um modo geral, novas relações características no mundo contemporâneo do homem e da natureza. Como afirmam Caporal e Costabeber: “O intenso processo modernizador da agricultura brasileira acarretou impactos ambientais e transformações sociais em magnitudes tão amplas que, por si só, justificam a revisão de todo o modelo de desenvolvimento imposto ao setor agrícola” (2004, p. 7).

No Brasil, a escravidão, os ciclos econômicos característicos do período colonial e a economia majoritariamente agroexportadora, definiram a concentração fundiária

<sup>3</sup> Este trabalho é parte da pesquisa realizada no ano de 2019, concluída e apresentada como monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2020 como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas.

e de renda em extensos latifúndios baseados em monocultura durante as primeiras fases da república. Nesse sentido, sob a lógica da subordinação econômica, o desenvolvimento do capitalismo tardio nos trópicos passava a ser determinado por mecanismos de perpetuação da dependência, articulados à complementariedade entre o moderno e o atrasado por uma modernização conservadora da transição democrática desde o final da ditadura militar e que é caracterizada pela subordinação concorrencial entre países periféricos e centrais (MARINI, 2005). É nesse contexto de modernização conservadora que, a partir de 1984, emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como uma resposta insurrecional do campo às debilidades das políticas sociais em reestruturar as condições básicas de participação política das massas de populações rurais em escala nacional.

No município de Campo do Meio, em Minas Gerais, a atuação do MST é resultante de um longo processo de lutas sindicais iniciado em 1980 contra o trabalho escravo nas lavouras de café na região (LUCAS; VALE, 2014). O movimento se consolida no sul de Minas Gerais a partir da ocupação da antiga Usina Ariadnópolis em 1995 com uma greve dos trabalhadores rurais que durou cerca de 90 dias (COCA; BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019). A usina já acumulava dívidas desde meados dos anos 1980 em função das políticas de desregulamentação do Proálcool. Em 1993, quando abre falência, a usina acumulava na época mais de 317 milhões de reais em dívidas fiscais e mais de 5 milhões de reais em dívidas trabalhistas pelo não pagamento de salários (SOUZA; LOURENÇO, 2010). De acordo com o Laudo de Avaliação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013), a antiga Fazenda Ariadnópolis é registrada como propriedade da Massa Falida da Cia. Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) e comporta em área registrada 3.636,1493 hectares e em área avaliada 3.730,4953 hectares.

O resultado das lutas dos trabalhadores naquele período por meio das greves culminou na indenização legal do proprietário da fazenda ocupada pela União. A indenização, prevista no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), por meio dos Títulos de Dívida Agrícola (TDA's), ocorre de forma consensual a partir da regulação da propriedade entre credor (Tesouro Nacional) e devedor (BERGAMASSO; NORDER, 1996, p. 81-82).

Portanto, em maio de 1997 a ocupação da antiga Fazenda Jatobá, iniciada no final do ano anterior, tornava-se oficialmente, mediante a imissão de posse do governo federal, o primeiro assentamento da reforma agrária no Sul de Minas Gerais. Desde 2000, a territorialização do movimento no município totalizou novas ocupações na área, incluindo a formação do conjunto de onze acampamentos que compõem atualmente o pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande, que são: Tiradentes, Coloninha, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxem-

burgo, Irmã Doroty, Betinho, Chico Mendes e Vitória da Conquista. Ao todo, são 462 famílias acampadas com população aproximada de 2029 pessoas, como estimam Coca, Bezerra e Capuchinho (2019). Em sua maioria, a população é oriunda de diversas regiões do país, principalmente dos municípios próximo a Campo do Meio, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, mas também dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Pará e Maranhão (COCA, BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019).

As dificuldades sofridas e vivenciadas pelas famílias evidenciam os impactos que o modelo hegemônico do agronegócio pode provocar sobre a atividade e os modos de vida dos agricultores familiares e camponeses invisibilizados pelo desenvolvimentismo. Reconstituir e elucidar as nuances que gradualmente substituíram as técnicas convencionais da agricultura moderna por práticas agroecológicas das comunidades rurais, seus desdobramentos no âmbito da vida doméstica e nas atividades cotidianas, possibilita aos agricultores e agricultoras perspectivas conjuntas ao movimento social sobre a emancipação no campo, as lutas sociais e passam a compor a elaboração de um modelo explicativo que elucida os processos nos quais, as culturas rurais, conhecimento científico e o discernimento da justiça social, consolidam as bases para a transição agroecológica. Diante deste cenário, considerou-se as seguintes questões como orientadoras: Quais percepções e sentidos compõem a construção do conhecimento agroecológico por agricultores e agricultoras da reforma agrária? Como a transição agroecológica em processos continuados fornecem outras perspectivas da recomposição dos modos de vida em comunidades rurais assentadas pelo MST?

A partir destas questões, foram definidos três objetivos específicos que indicam as principais fases da pesquisa, bem como o fruto de seus resultados: a) analisar os processos de transição agroecológica; b) diagnosticar as razões da adesão à agroecologia e a emergência das outras relações com a terra e a natureza; c) descrever e vivenciar as rotinas de trabalho dos agricultores e agricultoras, identificando os desafios e dificuldades da transição agroecológica no cotidiano das comunidades. Como planejamento da investigação, foram adotadas três abordagens gerais da pesquisa qualitativa, conforme Duarte (2002, p. 142): 1) bibliográfica; 2) genealógica e 3) a etnográfica. De maneira geral, as percepções e os sentidos da transição agroecológica identificados durante a pesquisa se concentram na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais. Elas indicam também a necessidade da construção coletiva do conhecimento agroecológico para a construção coletiva do conhecimento agroecológico para a construção de outro modo de desenvolvimento rural sustentável.

## OS HORIZONTES E OS RISCOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Dentre as muitas complexidades da agricultura, a que talvez mais ganhe destaque é que em uma acepção geral, ela corresponde a principal atividade produtiva realizada pelas sociedades humanas. Sendo imprescindível à existência humana, animal e microbiológica, a produção de alimentos e de matéria prima é fundamental à sustentação e ao desenvolvimento de modos de vida dependentes do consumo energético. Por um lado, a geração e a exploração de riquezas associadas ao cultivo do solo são comumente percebidas por algumas noções gerais que genericamente caracterizam a atividade, porém, definindo impropriamente os seus limites e suas finalidades. De outro, sobre a atividade agrícola se resguarda toda a temporalidade de conhecimento objetivo que as presentes gerações possuem como privilégio; dispomos de recursos provenientes das mais distintas regiões do planeta e com isto adquirimos uma vantagem inédita sobre as práticas nômades, tais benefícios ora se traduzem como responsabilidade, ora se apresentam como escopo de nossa civilização.

Desta constatação decorrem duas asserções que orientarão a teorização e sistematização dos dados coletados em revisão bibliográfica, a primeira é que as populações, de um modo geral, apesar de dependerem fundamentalmente dos produtos gerados pela agricultura, desconhecem a complexidade de exigências determinantes, não só de sua consumação, como da própria manutenção da vida em sociedade. E segundo, dado os impactos sociais, políticos e ecológicos gerados pela agricultura, o conhecimento constituinte das práticas e das técnicas da atividade agrícola são regulados em última instância por relações desiguais entre o homem e a natureza. De maneira geral, a abordagem bibliográfica buscou elucidar as transformações do mundo contemporâneo e a emergência de outras ciências e saberes que instrumentalizam as lutas sociais pela construção de outro modelo de sociedade.

Resultante da experiência das ditas “sociedades de mercado” os objetivos da agricultura moderna se instauram em um campo de soluções que assumem como compromisso a responsabilidade pelo desenvolvimento dos atrasados setores agrícolas, ao menos em sua lógica tecnocrata, a especialização massiva e a aquisição dos pacotes tecnológicos como proposição, seriam suficientes a superação dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelas populações e organizações em todo o globo. Este pressuposto torna-se, portanto, a base da formação de enunciados que distorcem os impactos de ameaça à vida no planeta, como a escassez de alimentos, a distribuição de recursos e a integração especializada de ciência e de tecnologia.

De acordo com os historiadores Mazoyer e Roudart (2010), o processo de modernização da agricultura é iniciado na Europa, sendo compreendido por duas grandes revoluções agrícolas: uma primeira caracterizada pela mecanização massiva dos sistemas agrícolas e de transporte (setores ferroviários e navais) que está

associada a Primeira Revolução Industrial e a segunda revolução agrícola associada à Segunda Revolução Industrial que perdura até o fim da Segunda Guerra Mundial, correspondendo ao progresso científico e tecnológico da exploração de fontes energéticas e os meios de armazenamento, estabelecendo três grandes processos de expansão: a motorização, a maquinização e a quimificação da atividade agrícola. Segundo os autores, as duas Grandes Guerras Mundiais marcam a transposição da motomecanização da agricultura ao continente americano e a outros continentes, principalmente nas antigas colônias europeias.

A massificação dos adubos químicos e a sintetização de nutrientes passavam a se unir à seleção e a redução das variedades de espécies cultivadas que suportassem o acúmulo excessivo de nutrientes isolados, acompanhando as exigências de consumo das indústrias agroquímicas e motomecânicas, que visualizaram não só a rentabilidade da comercialização de seus produtos, mas também a cadeia de produção agrícola que modificava as propriedades gustativas dos alimentos. Para os autores, o modelo de desenvolvimento urbano e industrial da modernização da agricultura, ao submeter toda a atividade agrícola ao ritmo acelerado do aumento da produtividade, estabeleceu uma crise generalizada e de profundas implicações sociais, políticas, econômicas e ecológicas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nestas circunstâncias, as ciências sociais, em seu conjunto, passam a compor a elucidação da complexidade das implicações socioambientais nos territórios e no modo de vida de comunidades rurais afetadas pelo sempre recente, mas já tão longo processo de modernização da agricultura. O cenário das agriculturas mundiais é evidenciado por efeitos concretos de transformações de realidades sociais, esgotamentos dos recursos naturais e modificações irreversíveis no clima e na biota terrestre, constituindo exponencialmente a configuração de atores sociais, de sujeitos que protagonizam intervenções e movimentos sobre culturas e territórios na fase atual de desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Durkheim (2012), um dos fundadores da sociologia, a caracterização *sui generis* de um fato social é explicada propriamente por seu conjunto de regras e normas:

[...] a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado por sua associação representa uma realidade específica que tem suas características próprias. Sem dúvida, nada de coletivo pode se produzir sem consciências particulares; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que estas consciências sejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é dessa combinação que resulta a vida social e, por isso, é essa combinação que a explica (DURKHEIM, 2012, p. 114)

Considerando esta fase característica do desenvolvimento das sociedades contemporâneas a referente pesquisa estabeleceu uma problemática metodológica inicial da análise do processo de modernização da agricultura, delimitando a segunda abordagem da pesquisa qualitativa como indicado por Duarte (2002, p.142). Por conseguinte, a abordagem genealógica estabeleceu a análise dos enunciados da Revolução Verde e os impactos da modernização da agricultura, dispondo em segundo plano a reconstituição histórica deste processo em um dado período, como a abordagem de um fato histórico ou de um processo histórico contínuo, mas antes, apreendendo-o em sua prática discursiva como uma série histórica formada por descontinuidades sobre as culturas rurais, como elucida Foucault em “*A ordem do discurso*” (2014).

Colocadas em evidência, as articulações do discurso “modernizador” podem ser consideradas como produto de uma lógica estratégica vigente ao neoliberalismo, como também define Foucault (2008): “A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares.” (2008, p. 58). Para tanto, o autor se debruça sobre as formações discursivas e a dimensão própria dos acontecimentos que culminaram nas transformações do liberalismo clássico a partir de um diagnóstico do presente e de como foi possível a emergência dominante da racionalidade neoliberal. De maneira geral, uma das matrizes analíticas e críticas abordadas por Foucault se referem às liberdades econômicas inauguradas pelo *laissez-faire* que distingue amplamente o novo liberalismo.

Segundo as teorias clássicas do século XVIII era necessário constituir um espaço para o mercado em uma sociedade política já constituída, relações mercantis que se constituíam no bojo do estatuto de liberdades civis frente a razão de Estado de sociedades monárquicas. Neste sentido, “o mercado surge como um espaço de jurisdição, de justiça distributiva que se regulava pela compra e a venda” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Destas relações, advém o discernimento e o questionamento da verdade ou o falseamento de políticas governamentais. Neste mercado do século XVIII é que se constitui segundo Foucault, o papel do mercado como regulador da conduta do Estado pelo mínimo de intervenção e na ampliação de vantagens para o enriquecimento.

A significativa transformação das teorias do liberalismo clássico é resultante de um longo processo em que nenhuma razão de Estado supera concorrencialmente a racionalidade do mercado em sua prática governamental. Segundo Foucault o problema presente do neoliberalismo é explorar vias (em escalas incalculáveis) para que o poder político seja exercido globalmente de acordo com os princípios da economia de mercado (2008, p. 181). A genealogia proposta pelo autor adota como conceito da reflexão a racionalidade das “*governamentalidades*” que sugerem a configuração de sujeitos políticos em processos de subjetivação que visam definir,

portanto não mais uma economia de mercado, mas uma sociedade de mercado. Sobre as negociações da modernização da agricultura na Europa, o autor destaca a objetividade deste processo:

A ideia não era: dado o estado de coisas, como encontrar o sistema econômico capaz de levar em conta os dados básicos próprios da agricultura europeia? Mas sim: dado que o processo de regulação econômico político é e não pode ser senão o mercado, como modificar essas bases materiais, culturais, técnicas, jurídicas que estão dadas na Europa? Como modificar esses dados, como modificar essa moldura para que a economia de mercado intervenha? (FOUCAULT, 2008, p. 193-194).

As proporções quase absolutas do mercado tecnológico na agricultura moderna foram não só flexibilizadas pelas decisões governamentais, mas foram principalmente, produzidas por uma configuração política própria de um sujeito governável e produtivo a essa modernização. A abordagem genealógica destes atores sociais evidenciou a derivação de um discurso econômico peculiar a fase atual de desenvolvimento do capitalismo, em que as políticas sociais devem estabelecer condições materiais, culturais, técnicas e jurídicas propícias à intervenção das economias de mercado. Elas devem definir uma moldura, como define Foucault (2008), de modo que a razão de ser governado seja constituinte ao próprio indivíduo, colocando em questão a noção das *governamentalidades*. De um modo geral, essas racionalidades neoliberais passam a definir um mecanismo de controle social da produção de interpretações econômicas de relações não econômicas, mas sociais e culturais orientadas por um princípio da concorrência que supera qualquer razão de Estado e que engendraram em práticas discursivas do progresso científico e tecnológico.

A denúncia de Rachel Carson (1907-1964) sobre a dimensão de contaminação proveniente da adoção destas tecnologias (principalmente o uso do diclorodifeniltricloroetano – DDT) publicada em 1962 no livro “Primavera silenciosa”, marcou um novo panorama civilizatório dos riscos e ameaças à vida no planeta. Segundo a bióloga e ecologista norte americana: “A dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada” (CARSON, 2010). De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o modelo de produção agrícola dirigido pela Revolução Verde, pode ser decomposto mediante a articulação de seu modo de reprodução: a exploração, a apropriação e a expropriação da natureza e da força de trabalho humana, que configura uma relação predatória entre sociedade e natureza.

A socialização dos custos externos ao modelo agrícola hegemônico do agronegócio apresenta uma “perspectiva sobre a dicotomia dos espaços de concentração e de dominação do capital que partiam das cidades ao campo ou dos centros às periferias, custos como os danos à saúde humana e a degradação ecológica” (CARNEIRO, 2015, p. 97). Tais custos transformaram a atividade agrícola em uma das ocupações mais perigosas no cenário mundial, oferecendo riscos imediatos e prolongados aos trabalhadores rurais, ao meio ambiente e populações urbanas, exigindo essencialmente o deslocamento do eixo de análise à marginalização epistêmica do desenvolvimento rural (CARNEIRO, 2015).

No Brasil, o progressivo aumento no número de casos de intoxicações agudas, a proliferação de doenças crônicas, problemas reprodutivos e óbito no campo se somam a fatores que agravam a situação. Ainda conforme os estudos da Abrasco (2015): “[...] o Brasil carece de dados sobre o número de intoxicações por não contar ainda com um sistema de registro eficiente, capaz de identificar especificamente os agrotóxicos envolvidos nos casos de intoxicações agudas e crônicas” (CARNEIRO, 2015, p. 125). A incerteza do significado dos vetores de contaminação aumenta a vulnerabilidade de agricultores e populações a ambientes contaminados pelo acúmulo residual externo e interno dos agrotóxicos que dificultam a comprovação dos riscos à saúde humana por evidência clínica, diagnósticos, tratamentos e principalmente a fiscalização da comercialização e o descarte destes produtos (CARNEIRO, 2015, p. 133). As análises da Abrasco apresentam ainda, um terceiro agravante da toxicidade do uso dos agrotóxicos correspondente também a centralidade da compreensão da saúde pública entendida pela: “relação entre saúde, desigualdades sociais e déficit democrático” (CARNEIRO, 2015, p. 212). Este terceiro agravante define-se pela configuração de um espaço de jurisdição deficiente, tanto na incapacidade jurídica de populações exercerem a liberdade da cidadania, como da disposição e a acessibilidade de recursos cabíveis e de instâncias competentes à proteção das comunidades rurais e tradicionais.

Segundo Altieri (2012), a agricultura moderna é o anúncio da tragédia ecológica. A especialização massiva das unidades produtivas voltadas à agropecuária e a simplificação dos ciclos ecológicos naturais, ao contrário do que se esperava, resultaram em perdas significativas de produção agrícola. De maneira geral, o aumento das populações e a monocultura de exploração do solo determinaram o aumento progressivo das aplicações de agrotóxicos como parte integrante do manejo de um ecossistema cultivado. De acordo com o engenheiro agrônomo e entomologista, as doenças ecológicas podem ser entendidas como: “a quantidade de energia investida para obter um rendimento desejado acaba superando a da energia produzida” (ALTIERI, 2012, p. 32). A perda de resistência natural de espécies

vegetais em monoculturas é resultado da seleção de variedades voltadas à alta produtividade, em consequência, o uso de insumos para a adubação (baseada na correção de macro nutrientes) e o controle de “pragas” acarretam no esgotamento nutricional dos solos e das condições para que insetos benéficos componham o ecossistema, repetindo a necessidade de aplicação. O aumento dos custos externos, ao contrário novamente do que se esperava, não é em relação à superfície expandida, mas ao distúrbio da mesma área cultivada, revelando uma camada mais recente da exploração e da expropriação econômica agrícola.

Assim, é possível indicarmos um significado latente da modernização da agricultura. Inicialmente, compreende este macroprocesso pela incorporação da atividade agrícola a modelos urbanos e industriais, transformações que possibilitaram modificações sobre o direito à propriedade. No Brasil, o estímulo legal concedeu inovações sobre a propriedade industrial que visava o encorajamento de atividades científicas, tecnológicas e comerciais desenvolvidas no país pela correção da debilidade e a ausência da proteção dos direitos intelectuais que se integravam ao “milagre econômico”. Como destaca Scholze (2002, p. 100), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996 a Lei de Propriedade Industrial, as patentes nacionais dos setores tecnológicos (farmacêuticos, químicos e alimentícios) passavam a se adequar a remuneração econômica da inovação científica e tecnológica. Em nosso país, a propriedade da obtenção de novas espécies vegetais não é operacionalizada integralmente mediante a concessão de patentes, mas pela Lei de Proteção de Cultivares (1997) que caracterizam segundo critérios de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade, de sementes cultivares essencialmente derivadas. Esta lei apresenta a repartição e o pagamento de *royalties* pela propriedade intelectual da biotecnologia utilizada e o germoplasma (material genético que conserva características) comercializado.

De acordo com Altieri (2012) os países signatários da Convenção sobre a diversidade biológica (vigente desde 1993 tem como objetivo a adoção de medidas para a conservação e o uso sustentável dos recursos biológicos) iniciaram os processos de implementação de legislações e de comitês técnicos de biossegurança, como as apresentadas anteriormente. Porém segundo o autor, essas decisões são tomadas por representantes dos setores privados, governo e tecnólogos favoráveis à biotecnologia, sem a consulta e participação da sociedade civil que pauta o acesso à informação sobre os impactos da engenharia genética no meio ambiente e para a saúde humana. O aumento da produtividade como principal fator da defesa da agrobiotecnologia inviabiliza que essas legislações sejam pensadas e debatidas mediante um princípio da precaução<sup>4</sup>, o que fundamenta a regulamentação da

<sup>4</sup> Segundo Carneiro, “o princípio da precaução é um enunciado moral e político” segundo o qual “a ausência de certeza, levando-se em conta os conhecimentos científicos disponíveis, é encarada como razão suficiente para impedir o desenvolvimento e/ou

introdução destas tecnologias e resultando na facilitação e flexibilização do Estado frente a pressão dos interesses de mercado (ALTIERI, 2012, p. 50-51). Com efeito, a espoliação de direitos civis, como o acesso à informação, é compensada na lógica de mercado em maior lucratividade, sendo latente à perda da liberdade de pensamento, de escolha ou de decisão.

Os riscos das tecnologias agrícolas, principalmente os agrotóxicos e os transgênicos, além de caracterizarem a agricultura moderna como a atividade mais perigosa no âmbito internacional, expuseram as populações urbanas, rurais e indígenas à quase completa vulnerabilidade jurídica da garantia de seus direitos e de seus territórios, sobretudo pela vulnerabilidade de concepções dos direitos não só da propriedade, mas de direito à vida. Por isso, os conflitos socioambientais emergem da calamidade das relações entre naturezas e culturas características de nosso momento contemporâneo. A complexidade das lutas sociais por políticas públicas e por direitos sociais e civis, levadas à frente principalmente pelos movimentos sociais no Brasil, encontram uma alternativa resiliente nas culturas rurais da recomposição dos seus modos de vida. Assim, fundamentada no tripé da ciência, do movimento e da prática, a agroecologia emerge em defesa da reforma agrária como uma concepção ética do desenvolvimento rural sustentável, mas também em defesa da construção de outro modelo de sociedade.

Tais impactos definiram por sua vez, no Brasil, a partir dos anos 1970, um movimento ecológico, social e político contrário à adesão da agricultura ao modelo do agronegócio. Essas primeiras ações caracterizaram o movimento das agriculturas alternativas de bases ecológicas (ALTIERI, 2004). Atualmente, a agroecologia se fundamenta também como uma proposta de outra agricultura, porém com uma base metodológica própria à construção de um conhecimento científico alternativo ao modelo imposto às agriculturas tradicionais. De maneira geral, podemos considerar que a agroecologia busca estabelecer um planejamento agrícola com base principalmente em elementos que possibilitem o deslocamento de concepções exclusivamente antropocêntricas da atividade. Neste sentido, este campo de conhecimentos parte dos conjuntos clássicos das disciplinas agrárias e das ecológicas, alcançando um campo multi e interdisciplinar do conhecimento científico capaz de estabelecer práticas e conceitos próprios ao questionamento amplo da realidade social e ambiental. Como assinala Guzmán e Woodgate (2013):

Entender la naturaleza como participante activa en los procesos de cambio es fundamental para la perspectiva agroecológica. Ya sea que se vea

---

o emprego de tecnologias que podem gerar danos graves ou irreversíveis para a saúde e para o meio ambiente” (CARNEIRO, 2015, p. 30).

con desaliento o con optimismo, es evidente que la mitigación del impacto medioambiental negativo antropogénico y la adaptación a las nuevas condiciones medioambientales dependerá de más factores, además de la buena ciencia y la buena gobernación<sup>5</sup> (2013, p. 32).

Ao caracterizar a sustentabilidade da agricultura tradicional, Altieri (2004) destaca que os principais elementos constituintes da composição dos agroecossistemas tradicionais e autossuficientes é a autoconfiança criativa dos agricultores, o conhecimento empírico e a utilização dos recursos locais disponíveis (ALTIERI, 2004, p. 29). Comum a estes três elementos, as subjetividades dos mundos rurais emergem de longos processos de territorialização das culturas rurais no campo, as relações e os vínculos interativos com a biodiversidade, a geografia das paisagens, os biomas, a hidrografia, os hábitos alimentares, o clima, as variações linguísticas, entre outras, definem organizações associativas e modos de vida característicos de comunidades rurais. É sobre estas bases que a modernização da agricultura se fixou, deformando profundamente estas relações. De maneira geral, a diferenciação entre os agroecossistemas partem, portanto: dos agroecossistemas tradicionais que caracterizam a agricultura tradicional; dos agroecossistemas convencionais provenientes da agricultura moderna ou do agronegócio e os agroecossistemas sustentáveis estabelecidos pelas agriculturas de bases ecológicas.

Segundo Caporal e Costabeber (2004), a sustentabilidade passa a ser definida como “a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo” (2004, p. 111) definindo novas bases estratégicas ao desenvolvimento rural sustentável. A principal, apresentada pelos autores, são os indicadores de sustentabilidade de um agroecossistema, que consistem, inicialmente, na sistematização por um modelo explicativo piramidal (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 112), de dimensões características da transição agroecológica e que são classificadas pelos autores segundo o grau de sua complexidade e de mútua influência. Cada dimensão comporta aspectos indicativos da sustentabilidade do agroecossistema. Portanto, o desafio é estabelecer novos indicadores capazes de evidenciar os avanços e os retrocessos da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 112).

Já o conceito de transição agroecológica se refere aos processos graduais e continuados da adoção de práticas e de concepções que possibilitem aos agricultores o desempenho de sua atividade por critérios e usufrutos correspondentes aos níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas, correspondendo a: “um processo

<sup>5</sup> “Compreender a natureza como uma participante ativa nos processos de mudança é central para a perspectiva agroecológica. Seja vista com desânimo ou otimismo, é evidente que a mitigação dos impactos ambientais antropogênicos negativos e a adaptação às novas condições ambientais dependerá de mais fatores do que apenas a boa ciência e a boa governação” (GÚZMAN; WOODGGATE, 2013, p. 32, *tradução nossa*)

social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrícola” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 129). Originalmente estabelecidos pelo ecólogo social Stuart B. Hill, os níveis explicativos próprios à orientação das fases da transição agroecológica foram também adotados e complementados pelo biólogo e agroecólogo Stephen Gliessman (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 6) e são considerados também uma ferramenta temporal para agricultores. Para o autor, a transição agroecológica consiste na adoção de uma perspectiva cultural: “Os sistemas agrícolas desenvolvem-se como resultado da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e uma agricultura verdadeiramente sustentável valoriza o componente humano, bem como o ecológico, e a interdependência que pode desenvolver-se entre ambos” (GLIESSMAN, 2000, p. 74, In: REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 74), expressando “uma notável resiliência e engenho nos processos de transição” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p.12, *tradução nossa*).

A construção interdisciplinar do conhecimento agroecológico em processos graduais e continuados de transição “tem possibilitado nos últimos anos o protagonismo de agricultores e agricultoras em ações conjuntas com as agendas internacionais pela promoção do desenvolvimento rural sustentável” (CARNEIRO, 2015, p. 93) e a regeneração dos agroecossistemas, ao exercício da cidadania e das lutas sociais pela conquista dos direitos humanos e civis. Este esforço tem sido mobilizado por variados agentes e por distintos movimentos sociais que passam a compor a elucidação dos processos em que culturas rurais, conhecimento científico e o discernimento da justiça social fornecem outras práticas, políticas e perspectivas da participação dos coletivos humanos, sobre seus territórios e de sua relação com a vida, a água e a terra.

### **A ABORDAGEM ETNOGRÁFICA NAS COMUNIDADES RURAIS**

A abordagem etnográfica consistiu na última abordagem, definindo propriamente um segundo momento da pesquisa qualitativa e que antecedeu os procedimentos da análise das entrevistas e dos resultados. O trabalho de campo nas comunidades rurais ocorreu no breve período de sete dias no mês de novembro de 2019 e se refere a uma abordagem etnográfica das culturas rurais, uma vez que a coerência da produção de uma etnografia propriamente dita exigiria um prazo maior da pesquisa em campo. O planejamento da proposta da pesquisa na área ocupada consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco agricultores participantes, na visita à residência e nos lotes dos grupos familiares, bem como nas áreas coletivas da ocupação. Ao longo dos dias em campo foi realizado o acompanhamento da rotina de trabalho nos acampamentos e assentamento, e quando possível a prática conjunta

nos manejos dos agroecossistemas e de outras atividades apresentadas ao longo do dia. Em outros momentos, os agricultores e agricultoras foram acompanhados em seu ambiente doméstico visando a observação das distintas fases e dificuldades da transição. O limite dos cinco agricultores entrevistados foi pré-definido com o orientador, sendo o entrevistado tanto indicado pelos agricultores e lideranças do movimento como escolhido ao longo das aproximações estabelecidas com o movimento nos meses anteriores. O trabalho de campo, portanto, consistiu em estabelecer uma relação produtiva do conhecimento, entre a construção do conhecimento agroecológico mobilizado pelo pesquisador, acampados e assentados do movimento e a metodologia própria das ciências sociais.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão é no trabalho de campo que o pesquisador, ou melhor o etnógrafo, se questiona sobre quem são os sujeitos da pesquisa, e é esta questão que irá definir, segundo o autor, o trabalho de campo como “um encontro etnográfico, uma vivência em que a experiência de campo se dá, principalmente em sua dimensão de intensa subjetividade e que incide sobre a objetividade desejada dos dados” (BRANDÃO, 2007, p. 12). Essa dimensão subjetiva, afirma o autor, são partes da prática do trabalho de campo e são por excelência, constituintes ao método etnográfico:

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Além da descrição em campo, o planejamento das entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados consistiu na elaboração de um roteiro geral, contendo inicialmente o quadro de informações gerais dos entrevistados, com nome; idade; sexo; escolaridade; estado civil; número de filhos e identificação étnico racial dos agricultores e agricultoras, adotando os seguintes critérios de seleção: a) serem acampados em uma das onze comunidades rurais acampadas no pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande ou atuarem nos setores de organização e nos espaços de comercialização da produção orgânica do movimento; b) serem agricultores ou agricultoras em transição agroecológica e c) participarem por tempo significativo das ocupações na área da CAPIA. Para a elaboração das perguntas,

foram definidos previamente alguns eixos temáticos que permitissem tanto a orientação da entrevista voltada aos objetivos da pesquisa, como a sistematização das informações e dos dados coletados para a posterior análise, como sugere Duarte (2004). Os eixos definidos foram respectivamente: a) modernização da agricultura e agricultura familiar; b) agroecologia e reforma agrária e c) transição agroecológica e permanência no campo. As perguntas elaboradas no primeiro eixo visaram inicialmente, identificar o sujeito entrevistado com base em sua autorepresentação. Neste momento inicial, as informações e os dados estão relacionados a subeixos temáticos como as histórias de vida e ao sistema de parentesco. Segundo Duarte (2004) o começo da entrevista deve:

[...] propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a ‘provocar’ um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (2004, p. 221).

Posteriormente, as perguntas são articuladas a outro subeixo temático, o trabalho, e passam a ser dirigidas à elucidação dos impactos da modernização da agricultura relatados nos depoimentos. Em alguns momentos foi necessário pedir ao entrevistado que retomasse com mais detalhes alguns dos eventos mencionados. Foram coletados também, os dados sobre as redes de significados atribuídos à atividade agrícola antes da adesão dos agricultores e agricultoras ao MST. Ou seja, essas perguntas buscaram responder questões como: quem são os sujeitos da pesquisa? Este agricultor (a) já praticava a agricultura antes de participar das ocupações? Em qual agricultura (tradicional ou convencional) é situada suas práticas agrícolas? Quais eram as origens destes saberes?

O segundo eixo temático de orientação das entrevistas foi: b) agroecologia e reforma agrária. Visa inicialmente reconstituir a partir dos relatos da história de vida, os deslocamentos e a trajetória das famílias até chegarem nos respectivos lotes no município de Campo do Meio-MG, evidenciando quem são os “sem-terra”. Quais eram as experiências e os contatos anteriores destes agricultores com a luta pela reforma agrária? Quais eram as condições, sociais, políticas, econômicas e ambientais nos primeiros anos de ocupação das áreas da CAPIA? As perguntas iniciais buscaram introduzir o entrevistado no segundo eixo temático e estão articuladas às dificuldades da ocupação da área. Posteriormente, busca estabelecer o lugar da subjetividade na territorialidade “sem-terra”, evidenciando quais foram os principais motivos que os fizeram adotar práticas mais sustentáveis nos

agroecossistemas; quais foram as vias de acesso ao desenvolvimento rural sustentável e a como foi a sistematização do conhecimento agroecológico nessas comunidades rurais ao longo dos anos.

O último eixo temático definido foi: c) transição agroecológica e permanência no campo. Em que as perguntas buscaram diagnosticar os níveis e a influência entre as dimensões percebidas pelos agricultores na relação entre a sustentabilidade e a agricultura, a correspondente adesão da perspectiva agroecológica bem como a percepção das implicações políticas internas e externas às comunidades rurais acampadas e assentadas desde que cerca de 25 famílias de agricultores e agricultoras acampados no pré-assentamento Quilombo Campo Grande adotaram a agroecologia.

As fases de planejamento do trabalho de campo consistiram, portanto em: primeiro, estabelecer a interlocução por intermédio da dirigente do movimento, delimitando a relação entre pesquisador e agricultores (as) participantes da pesquisa. Segundo, a atualização da revisão bibliográfica dos processos de formação dos acampamentos e assentamento do MST no município de Campo do Meio-MG. E terceiro, a elaboração do roteiro de entrevistas consistindo na penúltima fase de planejamento, pois a programação das visitas ao longo do período do trabalho de campo foi estabelecida informalmente no primeiro dia de campo junto à dirigente, lideranças e aos agricultores definindo duas outras localidades da pesquisa de campo que não pertencem ao pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande.

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A delimitação do tema da transição agroecológica nos acampamentos e nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, definiu a revisão bibliográfica de três temáticas principais para a elucidação, tanto das percepções e dos sentidos que compõe a construção do conhecimento agroecológico pelos agricultores e agricultoras, quanto a elucidação de como a transição agroecológica em processos continuados fornecem outras perspectivas da recomposição dos modos de vida em comunidades rurais da reforma agrária, no município de Campo do Meio em Minas Gerais. Essas temáticas consistiram na análise do discurso de enunciados da modernização da agricultura, promovidas exponencialmente pela chamada “Revolução Verde” entre os anos de 1950 e 1960 no continente europeu. Isso coloca em evidência a imposição da integração do campo ao modelo de desenvolvimento urbano e industrial e as descontinuidades históricas dos processos de adesão à agricultura moderna, teoricamente definidos pela maquinização da atividade agrícola, a quimificação dos cultivos (MAZOYER; ROUDART, 2010) e as inovações da transgenia agrícola (ALTIERI, 2012) ou o comumente conhecido

pacote tecnológico do agronegócio, que correspondem às violentas transformações nos arranjos sociais, políticos e ecológicos dos ecossistemas cultivados marginais ao desenvolvimento das economias de mercado.

Em sua moldura dirige-se um novo programa político e econômico em escala global em que o mercado passa a definir conduta, percepções e desejos das massas e das populações ao redor do planeta como regime governamental. Como afirma Foucault (2008), sintomático ao neoliberalismo norte americano, o mercado passa a regular não só as políticas sociais que caracterizam as concepções das economias de mercado, como as relações de oferta e de procura e intervenção mínima do Estado, mas passa a definir um conjunto pré-significante, uma nova racionalidade de interpretações econômicas de relações não econômicas, mas sociais e culturais. É possível assim, nos aproximarmos do significado da noção de *governamentalidade* mobilizada pelo autor: “a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (2008, p. 258). Intrínseco a esta noção está a dimensão subjetiva dos atores sociais, em que são aplicados propriamente, as políticas de moldura e os mecanismos disciplinares da vigilância, local por excelência dos processos de subjetivação, suficientemente capaz de transformar e converter utilitariamente as bases da noção de indivíduo, a sua identidade.

Comum a muitos agricultores, a sujeição ao pacote tecnológico é expresso em entrevista pelo relato da agricultora “A”<sup>6</sup>, ela e seu marido investiram grande parte dos recursos que tinham disponível no modelo convencional de agricultura, com o passar do tempo e sem obterem o rendimento esperado da aquisição do pacote tecnológico, a família passa a se dedicar à produção de subsistência e ao trabalho rural em cafezais da região durante cerca de três anos como única atividade produtiva da geração de renda. É importante ressaltar, nesta passagem, que a produção de subsistência, muitas vezes atribuída ao “que se destina” às ocupações dos agricultores do MST, expõe essas populações à riscos imediatos, como pela contaminação, pela exploração e precarização do trabalho agrícola e o êxodo rural, destacando a vulnerabilidade jurídica dos vínculos empregatícios, quando estes são estabelecidos oficialmente. Como assinalam Gliessman e Rosemeyer sobre o agravamento da vulnerabilidade de agricultores e agricultoras no continente americano com a adoção de políticas neoliberais de abertura ao mercado global: “the agrofuel boom and resulting diversion of food energy to feed the global demand for energy, and the enormous spike in the cost of petroleum in 2008 that caused a rise in the cost for all fossil-fuel-based inputs to agriculture”<sup>7</sup> (GLIESSMAN;

<sup>6</sup> Os agricultores e agricultoras participantes e entrevistados foram referenciados na pesquisa respectivamente por letras maiúsculas do alfabeto, com o intuito de resguardar suas identidades.

<sup>7</sup> “[...] o boom dos agrocombustíveis e o consequente desvio de energia alimentar para alimentar a procura global de energia,

ROSEMEYER, 2010, p. 3).

A análise dos processos de transição agroecológica nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária consistiu, ao todo, na consulta de cinco agricultores e na visita a seus respectivos lotes: no agroecossistema cultivado pelo grupo familiar da agricultora “A” no acampamento Irmã Dorothy (fundado em 2004) e nos agroecossistemas dos agricultores “D” e “E” no acampamento Rosa Luxemburgo (fundado em 2008), ambos os acampamentos estão inclusos no pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande. O agroecossistema cultivado pela agricultora “B” localizado no acampamento Nova Conquista I (fundado em 2012), regulamentado provisoriamente pela concessão de uso. E um agroecossistema no assentamento Nova Conquista II (fundado em 2012) cultivado pelo agricultor “C”. A análise nestes agroecossistemas foi estabelecida mediante os modelos sugeridos pelos agroécólogos referenciados e apresentaram níveis e fases distintos. É importante ressaltar que os modelos adotados não são classificações evolutivas, mas estabelecem graus de avanços e de retrocessos da sustentabilidade nos agroecossistemas, assinalando a importância ética da atuação do agricultor e a variação local dos processos sociais.

A distinção entre as categorias de acampado e assentado elucida algumas características particulares das comunidades rurais da reforma agrária e dos agricultores em transição agroecológica, como exemplo, se acessarmos o portal digital do INCRA a categoria de assentamento é definida da seguinte maneira:

[...] conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

E sobre o funcionamento dos assentamentos:

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até

---

e o enorme pico no custo do petróleo em 2008 provocou um aumento no custo de todos os insumos à base de combustíveis fósseis para a agricultura” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 3, *tradução nossa*).

que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros<sup>8</sup>.

Notamos, porém, que esta definição se mantém distante e desvinculada da territorialidade “sem-terra”, ao supor o acesso direto às políticas públicas de desenvolvimento agrário viabilizado pela extensão rural e a reprodução social da própria comunidade rural assentada. Já os acampamentos da reforma agrária podem ser entendidos como a pré-delimitação de unidades agrícolas ainda não instaladas pelo Incra, mas que definem o cumprimento da função social da terra (como promulgado pelo Estatuto da Terra) em um movimento posterior à ocupação de uma propriedade improdutiva, em processos democráticos e participativos da demanda por reforma agrária em que as ocupações indicam às instâncias competentes do Estado Brasileiro a localidade de onde é necessária a intervenção, cumprindo grande parte dos planos de reforma agrária como destaca Carter (2010, p. 179).

Uma das principais observações em campo, realizada ao longo das conversas com os agricultores é de como eles se referem a suas casas, os “barracos”. Algumas impressões sobre os usos do termo podem ser destacadas: a primeira é que quando constroem suas casas, de maneira geral, elas estão relacionadas a fases de uma territorialidade “sem-terra”, simbolizada pelo material de que são construídas, por exemplo, a lona ou a madeira no início das ocupações e madeira ou a alvenaria nos acampamentos e assentamentos. Essas moradias revelam elementos específicos dos modos de vida dessas comunidades rurais, apesar de o termo remeter a um tipo inferiorizado de habitação e de evidenciar a vulnerabilidade, a desigualdade e o esquecimento dessas comunidades na garantia de seus direitos básicos pelo poder público, os “barracos” em muitas conversas com os agricultores, é operado como uma categoria de análise da confiança e dos vínculos entre eles, sendo provavelmente oriunda da resistência frente à violência e aos abusos a que são submetidos.

Ao erguerem juntos os “barracos” no início das ocupações e nas reocupações, esta ação coletiva parece introduzir os agricultores e seus grupos familiares em relações sociais próprias das organizações associativas das comunidades rurais nos acampamentos, em alguns momentos das conversas ao longo do trabalho de campo, os agricultores remetem a esta época como símbolo de amizade, de comprometimento e de apoio mútuo, tanto com os companheiros, como com o próprio MST. A segunda impressão é que os “barracos” podem indicar também uma atitude contrária e de questionamento a toda uma lógica de reprodução do status quo, uma vez que compreendido como a fixação desses grupos familiares nos lotes da área

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 3 de out. 2019.

ocupada, os “barracos” remetem também à realização da atividade agrícola e da geração de renda por conjuntos de práticas e concepções distintas da agricultura moderna e do enriquecimento vislumbrado por seu discurso, estas práticas antes, são estabelecidas pela interação específica dos agricultores com o meio local e com a biodiversidade.

Sobre a história de vida da agricultora “B”, ganha destaque a narrativa sobre sua emancipação e independência de seu antigo marido conquistada ao longo do tempo, principalmente na ocupação da CAPIA e que parecem permanecer refletidas em sua adesão à agroecologia, como também nas palavras e na atuação de sua filha, a agricultora “A”. Sobre esta relação, a entrevistada afirma: “[...] *ele mandava em mim sabe. Não era autoritária, né, assim, hoje eu quero, eu faço o que eu quero, saio a hora que eu quero, trabalho, sabe. Ajudo bastante assim, eu acho né, porque as pessoas gostam de mim na militância*”. (B). A partir da análise da história de vida de “B” e de “A”, podemos observar que aparentemente as relações do parentesco são fundamentais para a comunicação e a mobilização das ocupações e dos acampamentos do MST. As agricultoras evidenciam as relações de poder constituintes da autoridade e da obediência entre os sexos nos grupos familiares, delimitando o gênero como um possível fundamento ao indicador de sustentabilidade da autonomia das mulheres nos agroecossistemas. Apesar de implicar em mudanças amplas na organização das comunidades rurais, a dimensão política estabelece que através da participação política a transição agroecológica deve avançar no: “empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social [...] o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania” (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 51).

No que diz respeito ao acesso dos grupos familiares à educação, para a agricultora “A”, a educação não só está relacionada às necessidades da realidade do campo, mas também a uma educação no campo voltada à agroecologia como aspecto fundamental da transição agroecológica continuada, instrumentalizando o agricultor tanto na geração de renda como também na possibilidade da recomposição de modos de vida característicos das culturas rurais. Para Altieri (2004): “a abordagem agroecológica provou ser culturalmente compatível, na medida em que se constrói com base no conhecimento agrícola tradicional, combinando-o com elementos da moderna ciência agrícola” (2004, p. 44). Sobre esta compatibilidade “A” comenta sobre educação de crianças no MST:

As crianças hoje, se você sentar com as crianças hoje, dos sem-terra que a gente tem, eles vão te saber falar se é bom ou não usar remédio, vão te ensinar a fazer uma calda, ensina a fazer um uso biológico, um controle biológico. Então isso parte muito dos pais, né, que tão dentro da agroeco-

logia e os filhos vão aprendendo, tanto dentro da própria organicidade do movimento das atividades que a gente vem fazendo. (A)

Com certificado de produção orgânica há cinco anos, “C” é também um dos agricultores formados pelo Curso Técnico em Agropecuária Subsequente - ênfase Agroecologia para Educandos da Reforma Agrária do Sul de Minas Gerais oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Machado (IFSULDEMINAS), e afirma: *“através da agroecologia, além de agregar conhecimento, agrega valor no que cê tem e também à saúde”*. (C). Quando pergunto se ele observou alguma mudança entre os jovens no acampamento depois que o movimento aderiu a agroecologia, ele responde afirmativamente, porém que ainda são poucas as famílias que aderiram (cerca de 25 famílias) e que avançaram significativamente na transição. Esta problemática é comum a todos os entrevistados, segundo eles as principais dificuldades da adesão dos agricultores estão nos processos de convencimento da eficiência dos agroecossistemas sustentáveis e nos processos sociais da mudança de posturas e de atitudes sujeitas ainda ao modelo convencional da agricultura moderna. Nesta passagem, podemos destacar a *Pedagogia do Exemplo* como método de territorialização próprio de agricultores e de agricultoras nas lutas sociais mobilizadas pela Via Campesina, como caracterizam Peter Rosset e Lia Pinheiro Barbosa ao afirmarem que “na maioria dos casos, a problemática central na assunção da agroecologia não é a disponibilidade de alternativas, mas sim a falta de um processo social para impulsionar sua adoção”. Em outras palavras, segundo os autores, “o que mais convence a um camponês que uma alternativa, sim, funciona, é visitar outro camponês igual a ele, que usa essa alternativa com êxito” (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 47).

Sem prática anterior com a agricultura, “D” trabalhou durante muitos anos no setor industrial, incluindo o trabalho nas linhas de montagem de fábricas e na produção e manuseio de produtos químicos, entre outras atividades. Relata que até então, a imagem que possuía do MST era promovida pela grande mídia nacional, nesta época, as informações que tinha acesso definiam o MST como um grupo *“de baderneiros, de quebradores, de destruidores, de pessoas que não produziam [...] e achava que eu que estava no caminho certo”*. E diferente do que esperava, “D” afirma: *“Quando eu cheguei aqui, eu fui abraçado”*. (D).

Segundo o relato do agricultor, quando ele chegou em seu lote, também começou a atividade agrícola a partir do cultivo convencional do milho e do feijão, após um tempo, adota a goiaba como principal cultivo, sobre este período ele afirma: *“eu quando cheguei aqui era bem do convencional”*. Um dos talhões do cultivo de goiabeiras precisou ser retirado da certificação orgânica, pois o agricultor enfrenta a presença de besouros nas fases de floração da árvore, comprometendo a comercialização dos

frutos. Como relata em entrevista, ao tentar comercializar as goiabas “manchadas” na feira livre do município, os consumidores desconfiam da sanidade do produto, mesmo passando por toda uma cadeia produtiva certificada e sustentável. Por todo este esforço ser ignorado pelos consumidores e para que não comprometesse a geração de renda, o produtor regrediu a utilização dos agrotóxicos, estabelecendo um planejamento futuro para a recuperação da certificação orgânica da goiaba.

Este relato apresenta complexificações e problemáticas concretas da comercialização orgânica, a desvalorização do agricultor, a perda da autoconfiança do produtor no seu produto e as implicações da falta do acesso à assistência rural e ao acompanhamento da transição. Em termos dos níveis da transição agroecológica, como mencionado anteriormente, o quarto nível sugerido por Stephen Gliessman é complementar aos três níveis estabelecidos por Stuart B. Hill e corresponde ao: “development of a kind of ‘food citizenship’, where everyone forms part of the system and both is able to influence change and be influenced by it”<sup>9</sup> (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 7).

Como destacam Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017) o quarto nível pode ser caracterizado pela “conexão direta com o mercado consumidor, de modo a estabelecer uma cultura direcionada a sustentabilidade, em consideração a todos os componentes que integram o sistema produtivo” (2017, p. 72), não só é consolidada após o redesenho do agroecossistema no terceiro nível, mas implica no grau de sustentabilidade do mesmo. As práticas de promoção da cidadania alimentar nos espaços de comercialização, como as feiras, não se referem somente a agregação de valor, mas passam a compor um espaço associativo de conscientização dos consumidores. Como afirma Gliessman e Rosemeyer, “We need to think beyond organic to all levels of the food system, with the idea of transcending product-focused thinking and maintaining a focus on achieving fully sustainable food systems”<sup>10</sup> (2010, p. 8).

As participações das universidades na transição agroecológica podem ser evidenciadas por iniciativas voltadas ao fomento significativo destes espaços pela extensão universitária, como no município de Alfenas em Minas Gerais em que alguns projetos de extensão atuaram para que os produtores do MST de Campo do Meio institucionalizassem dois espaços de comercialização<sup>11</sup> voltados

<sup>9</sup> “[...] isto significa o desenvolvimento de uma espécie de ‘cidadania alimentar’, onde todos fazem parte do sistema e ambos são capazes de influenciar a mudança e ser influenciados por ela” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 7, *tradução nossa*).

<sup>10</sup> “Precisamos pensar para além do orgânico para todos os níveis do sistema alimentar, com a ideia de transcender o pensamento centrado no produto e manter o foco na realização de sistemas alimentares totalmente sustentáveis” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 8, *tradução nossa*).

<sup>11</sup> Um dos objetivos do projeto de extensão “Fórum de Combate ao Uso dos Agrotóxicos: soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas” da Universidade Federal de Alfenas é promover espaços de conscientização e sensibilização dos riscos dos agrotóxicos no município e na região de Alfenas, a partir de 2017 e 2019 o projeto articulou junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações, a Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (FACA) e a Feira

à conscientização e a sensibilização da população sobre os riscos dos agrotóxicos, como nas palavras de “A”:

Então, esse trabalho nosso de feira, de palestra, de mostrar nossa produção, é lógico que a gente precisa sobreviver, mas o objetivo principal, é de formar novas pessoas para defender a agroecologia, ou para estudar a tecnologia de uma forma que não vai trazer mais prejuízo ainda para o ser humano e a natureza. (A)

Porém para o agricultor “D”, a principal dificuldade da transição agroecológica se refere ao acesso ao crédito rural, como destacam Coca, Bezerra e Capuchinho (2019) sobre o pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande: “as famílias não podem acessar nenhuma linha de crédito existente, sejam elas públicas ou privadas, além de outras modalidades correlatas de crédito destinado ao público da reforma agrária”. Ainda segundo os autores, até hoje os agricultores das onze comunidades já investiram ao todo mais “de 22.000.000,00 de reais entre imóveis (casas, currais e cercas) e produção agropecuária (café, lavouras, gado, suínos e aves)”. A geração econômica da produção total, convencional e orgânica do MST no município apresenta também indicativos para uma maior segurança e estabilidade de adesão dos agricultores à agroecologia, além das feiras, a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa) e o café “Guaii”<sup>12</sup> são os principais pontos de escoamento da produção certificada e agroecológica.

Refletida nas relações com a população do município de Campo do Meio-MG, o agricultor “D” relata que um de um modo geral: “vários comerciantes na cidade, eles passam dificuldade quando nós passamos três dias fora daqui [...] porque o povo do sem-terra compra tudo à vista”. (D). Se comparado, em termos de crescimento econômico do município, os agricultores relatam que após a antiga Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S/A falir, Campo do Meio teria se tornado uma cidade fantasma, evidenciando novamente os impactos de esgotamento do modelo de desenvolvimento agrário flexibilizado pelo Estado brasileiro e as dimensões locais deste conflito socioambiental.

Assim como relatam os agricultores “A” e “D”, o entrevistado compara os malefícios do estilo de vida urbano com a vida no acampamento: “eu pesava cento e vinte quilos, tomava oito tipos de remédio, para controlar estresse, para controlar pressão, para controlar ansiedade. Hoje eu peso oitenta e poucos quilos [...]foi um dos fatores também que fez com que eu falasse, vou mudar bruscamente de vida”.

---

Agroecológica e Cultural da Unifal-MG (FACU) respectivamente, instituindo espaços voltados a ampliação do escoamento dos produtos da reforma agrária e a participação do movimento social nas atividades realizadas pela universidade pública.

<sup>12</sup>Mais informações na página digital: [www.guaii.com.br](http://www.guaii.com.br)

(E). “E” comenta sobre o sistema de iluminação fotovoltaica que instalou em sua casa, pois fez um curso próprio de instalação e manutenção de placas fotovoltaicas na Universidade Corporativa da Companhia Energética de Minas Gerais S/A (UniverCemig), isso permitiu que o agricultor pudesse gerar sua própria energia, tornando seu lote autossuficiente. Desta iniciativa, surge a conversão do modelo de energia renovável em um projeto voltado a iluminação nos acampamentos da ocupação. O avanço significativo tanto na permanência como na transição agroecológica dos agricultores beneficiados com a eletricidade, delimita também um possível indicador da sustentabilidade dos agroecossistemas, correspondendo, além da dimensão ecológica, a dimensão econômica sugerida por Caporal e Costabeber. Isto é, ela se caracteriza também pela “necessidade de obterem-se balanços energéticos positivos nos cultivos e criações, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis” (CAPORAL, COSTABEBER, 2004, p. 113).

Retratar a agricultura tradicional é uma tarefa complexa (BRANDÃO, 1990). Considerando os limites do presente artigo, a análise realizada das entrevistas dos agricultores “B”, “C” e “E” vinculados à agricultura tradicional, destacou não só complexificações para a efetiva sustentabilidade, mas evidenciou também saberes e concepções fundamentais que podem estar vinculadas à própria transição agroecológica, em todas as suas dimensões e níveis. Segundo “E”: *“sem saber o que é agroecologia, a gente já praticava isso um pouco [...] a gente não sabia exatamente o que estava fazendo (tecnicamente) mas já fazia”*, revelando que seus vínculos com a agricultura tradicional estão associados também à infância:

[...] eu lembro que meu pai fazia as trocas de dias com os compadres dele [...] então juntava os compadres tudo para limpar roça de fulano, aí, esses mesmo compadre ia fazer a limpeza da roça do outro, isso na enxada, na enxada, roçado na foice, aí os caras faziam esse tipo de mutirão [...] é o mesmo que a gente faz hoje em dia, inclusive estudando sobre o assunto para fazer esse tipo de serviço agroecológico. Por exemplo, as mulheres ficavam por conta da alimentação, aquele monte de mulher, fazendo aquele monte de comida [...] e fazia isso em todos os sítios ao entorno. Só que a maioria dos sítios uns eram arrendados, eram poucos que tinham o título daquilo ali. Outros no caso do meu pai, era assim, o amigo dele deixou ele produzir no sítio [...] era desse jeito a nossa posse. (E)

E continua:

[...] (se refere a mãe) ela aprendeu com a mãe dela, que aprendeu com a

avó dela e assim seguia [...] meu pai sempre foi empregado da zona rural até final dos anos oitenta [...] aí o que acontece, a gente sempre produzia desta forma, minha mãe fazendo, é, cobertura com capim, pondo esterco de vaca, sem uso de adubo, sem uso de defensivo. (E)

A impressão é que as ações voltadas à extensão rural sustentável, quando realizada por atores que portam o conhecimento e que são externos às comunidades rurais, apresentam a ambiguidade de uma atuação que reproduz o cientificismo característico do discurso da modernização da agricultura, principalmente ligado a um modelo positivista de ciência. Segundo “D”: *“o técnico não é habilitado, é um técnico que tem capacidade de te explicar”*. Esta relação, portanto, destaca um outro desafio, que nas palavras do agricultor é expressa pelo termo *“confiança”* que o agricultor estabelece, propriamente, com este agente. Para Rosset e Barbosa (2019) a *Pedagogia do Movimento* característica da luta social do MST, pode vir a contribuir com os processos de adesão à agroecologia ao *“promover e divulgar a materialização da experiência agroecológica”* (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 49). Em espaços dedicados ao trabalho de base, ela é *“debatida em suas dimensões científicas e política, com o intuito de compreender a diversidade que representa o mundo rural”*. Assim, *“abrem-se os caminhos para a transformação agroecológica e sua incidência no processo de superação da revolução verde e do agronegócio”* (SAUER; BALESTRO, 2013).

As análises dos resultados e os registros feitos durante a pesquisa de campo evidenciaram que a diversificação da produção nos agroecossistemas é uma prática que viabiliza os avanços na transição agroecológica correspondendo à segurança alimentar das famílias dos agricultores, em consequência, dos consumidores, caso a comercialização possa se estabelecer pela cidadania alimentar. O planejamento das atividades agrícolas conjuntas à geração de renda, como a sazonalidade dos cultivos, garante mais tranquilidade ao agricultor. A recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade promove o aproveitamento dos serviços ecossistêmicos, entre outros. As atividades como a apicultura, a fitoterapia, a culinária, a produção de madeira de lei, a construção civil, o trabalho voluntário, entre outras, descritas em trabalho de campo e relatadas pelos sujeitos entrevistados na pesquisa, são atividades que diversificam a produção, mas também dinamizam a rotina dos agricultores, muitas vezes voltadas ao trabalho árduo e à cafeicultura.

Quando transmitidas e promovidas pelas organizações associativas das comunidades rurais, essas atitudes podem contribuir diretamente com a aproximação de outros agricultores dos acampamentos e assentamentos às práticas sustentáveis, fornecendo também outras perspectivas para os jovens nas comunidades rurais e na permanência no campo, também a partir da atuação local e do crescimento

peçoal e profissional de cada agricultor em sua comunidade. A adequada capacitação, instrumentalização e profissionalização dos agricultores sobre a interação com a biodiversidade e o cultivo dos ecossistemas podem ser compreendidos como indicadores institucionais orientadores das dimensões sugeridas por Caporal e Costabeber (2004) promovendo, portanto, a reflexão ética dos impactos tanto das ações antrópicas, mas também gerando grandes “mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, o que não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (CAPO-RAL; COSTABEBER, 2004, p. 129).

As principais razões de adesão à agroecologia, evidenciadas pelos agricultores e agricultoras entrevistadas estão fundamentadas na concepção da melhoria da qualidade de vida, principalmente pelo acesso à saúde, a soberania alimentar e à prevenção dos riscos associados à atividade agrícola. A caracterização feita pelos agricultores, anteriormente vinculados à agricultura convencional, sobre os malefícios do estilo de vida “normal” de nossa sociedade, se referiram ao isolamento, ao individualismo, ao uso dos agrotóxicos, aos hábitos alimentares não saudáveis e ao consumismo. A essa caracterização feita pelos entrevistados revela um impacto ainda mais profundo da modernização da agricultura e do avanço do neoliberalismo, a domesticação dos *corpos*. Se anteriormente destacamos a produção de um sujeito neoliberal, agora, esta produção revela também a modificação e padronização do próprio corpo biopolítico assujeitado e que domestica a si mesmo. Em entrevista, o significado da “terra” busca se dissociar de um sentido unicamente utilitarista, de descarte, de esgotamento e exploração da fertilidade do solo, para um sentido do “cuidado”, da regeneração dos solos. Propriamente não só de uma noção de totalidade, como quando os agricultores afirmam: “*a terra é tudo*”. Mas também, estabelece outra relação, uma relação de troca, que indica que a natureza também é tudo e é ela que “*cuida da gente*”. De uma maneira geral, revela que a adesão à agroecologia e a emergência de novas relações entre terra e natureza parecem também estar associadas ao fazer outro corpo, a recomposição de outra lógica que define os lugares de uma subjetividade contrária e que passa a repelir as racionalidades neoliberais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, algumas impressões da abordagem etnográfica realizada pela pesquisa aqui referenciada podem ser destacadas: em primeiro lugar é preciso assinalar a supressão da interação desses agricultores com os elementos da biodiversidade local. A brutalidade das ações de reintegração de posse, principalmente evidenciadas pelos entrevistados sobre o “grande despejo” (B) no ano de 2009, a não permanência de famílias nos acampamentos, a constante per-

turbação pelas liminares e as constantes ameaças de novos deslocamentos forçados, principalmente nas épocas de colheita, como relatado pela dirigente, apresentam afastamentos também forçados da criação desses vínculos. Evidenciando que o conflito das áreas da falida CAPIA não está circunscrito ao acesso à terra. As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 1996 indicam que muitos dos agricultores e das famílias que ali se fixaram há mais de 20 anos construíram suas vidas a partir desta interação e desenvolveram modos de vida próprios a esta interação, recolocando a pesquisa propriamente etnográfica e a continuidade da elucidação sobre a recomposição dos modos de vida dessas comunidades.

Um segundo aspecto que precisa ser enfatizado, é que as organizações associativas características das comunidades rurais favorecem outro tipo de desenvolvimento rural sustentável tanto pelos saberes e as práticas conservacionistas dos agricultores que emergem desta interação com a biodiversidade local, como o apoio mútuo e o comprometimento que estabelecem com as relações sociais nos acampamentos, evidenciados na rotina de trabalho do espaço comunitário, no beneficiamento da eletricidade e da assistência rural coletiva, estabelecendo assim outras relações entre os saberes. Por fim, cabe destacar o lugar próprio das subjetividades rurais nos processos de transição agroecológica. Neste caso, é preciso estabelecer também as práticas do “cuidado”, as relações de troca constante entre os agentes da transição, esta “*confiança*” vinculada às relações das comunidades, fornecendo aos agricultores marginalizados o exercício pleno da cidadania.

Podemos sugerir, portanto, que o modelo de desenvolvimento agrário vinculado ao discurso neoliberal pela incorporação das tecnologias agrícolas tem a ver também com o modelo de desenvolvimento urbano e industrial imposto à agricultura. Tal modelo exige não apenas a necessidade das políticas públicas de reforma agrária, mas sua constituição como direito social fundamental à redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, ao tratarmos do desenvolvimento rural consideramos os aspectos sociais e políticos das populações rurais como elementos determinantes para a formulação das políticas públicas e avançamos um pouco mais quando consideramos a biodiversidade que envolve essas populações como recurso e garantia da reprodução social destas comunidades. Enfim, a sustentabilidade do desenvolvimento rural pode estar associada não só ao conceito de agroecossistema sustentável, mas também às culturas rurais que permitem ao agricultor mapear alternativas em relação às dificuldades enfrentadas na transição agroecológica, mobilizando todo um arranjo de saberes e de concepções, um movimento que incide sobre um corpo, um corpo propriamente “rural”.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Expressão popular: AS-PTA, 2012. p. 400. 3. ed. rev. e ampl.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 4. ed.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 87. (Coleção primeiros passos; 301)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, jan. /jun. 2007, p. 11-27.

\_\_\_\_\_. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**. v.1, n. 1, mar. 2007, p. 37-64.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, João Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre (RS). 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 624.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia Editora, 2010.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 564.

COCA, Estevan L. de Freitas; BEZERRA, Cristina; CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Dossiê Quilombo Campo Grande**: Aspectos históricos, sociais econômicos e políticos para implantação definitiva do Assentamento Quilombo Campo Grande, antiga fazenda Adrianópolis, Campo do Meio –MG. SEDA. Alfenas. 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012. p. 159. 1. ed.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 74. 24. ed.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 2008. p. 474.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R.; ROSEMEYER, Martha. **The conversion to sustainable agriculture: principles, process, and practices**. Florida: CRC Press Taylor & Francis Group, 2010. p. 352.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla; WOODGATE, Graham. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**. vol. 8. n. 2. 27-34, 2013

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Extrato de laudo de avaliação. **Laudo SR 06/MG/Nº06/2013**. Belo Horizonte: INCRA. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/media/incra\\_nos\\_estados/minas\\_gerais\\_sr06/extrato\\_laudo\\_fazenda\\_ariadnopolis.pdf](http://www.incra.gov.br/media/incra_nos_estados/minas_gerais_sr06/extrato_laudo_fazenda_ariadnopolis.pdf). Acesso em: 3 de out. 2019.

LUCAS, Kelson Serafini; VALE, Ana Rute do. **Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 1, jan. /abr. 2014. Disponível em: [https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7417?fbclid=IwAR0Jk0DCZD0\\_E2I9RIODptzZeNM2AwlBdRipUMU3CGU0q7WULH5dEu0iBlk](https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7417?fbclid=IwAR0Jk0DCZD0_E2I9RIODptzZeNM2AwlBdRipUMU3CGU0q7WULH5dEu0iBlk). Acesso em: 26 de ago. 2020

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João P. Ruy Mauro Marini: **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular,

2005. p. 137-180.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. p. 568.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 31-66.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios de agroecologia** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. 1. ed.

ROSSET, Peter; BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Boletim n. 39/ **Ecoeco Edição Especial**, julho de 2019.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 328.

SCHOLZE, Simone H. C. **Patentes, transgênicos e clonagem: implicações jurídicas e bioéticas**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002. p. 304.

SOUZA, Alex Cristiano de; LORENÇO, Arthur Rodrigues. **As primeiras ocupações de terra nas áreas da ex-Usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG: a história dos acampamentos Girassol e Vitória da Conquista**. Geografia – UNIFAL. Alfenas. 2010, p. 49.